



Câmara Municipal de Macapá
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR

PARECER DA COMISSÃO Nº /24-CCJR/ CMM

Assunto: Projeto de Decreto Legislativo nº. 112/24- CMM

Autor: Vereador Alexandre Azevedo - Podemos

Relator: CCJR

I – RELATÓRIO:

O Projeto de Decreto Legislativo nº 112/2024-CMM, de autoria do Vereador **ALEXANDRE AZEVEDO, “CONCEDE O TÍTULO HONORÍFICO DE “MÉRITO DA ADVOCACIA” A AMANDA LIMA FIGUEIREDO”**, o qual foi encaminhado à Relatoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Art. 96 do Regimento Interno e Art. 1º, I, Alínea “a” da Resolução nº 002/97- CMM, para emissão de Parecer.

É o Relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

Passamos então a análise da Legalidade, Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa.

Cabe a Comissão de Constituição, justiça e Redação – CCJR apreciar o referido Projeto de Decreto Legislativo de acordo com o que preceitua o Inciso I do Art. 1º da Resolução nº 002/97-CMM, analisando as matérias em relação à Constitucionalidade, juridicidade e Técnica Legislativa.

Quanto ao aspecto legal, o exame do **Projeto de Decreto Legislativo nº 112/24 – CMM**, tem amparo pela Lei Orgânica do Município de Macapá, Regimento Interno da Câmara Municipal de Macapá e fundamentado no Decreto Legislativo nº 069/2023-CMM, de criação da referida Honraria.

Destaca o nobre autor da matéria em sua Justificativa, que **AMANDA LIMA FIGUEIREDO**, preenche todos os requisitos para receber, o Título Honorífico de “**Mérito da Advocacia**” desta Casa de leis, como reconhecimento aos relevantes serviços prestados na Advocacia no âmbito do Município de Macapá.

Quanto à técnica legislativa, para adequar as matérias de acordo com a Lei Complementar nº 021/2002-PMM, e Resolução nº 002/97-CMM, necessário se faça **EMENDA MODIFICATIVA, apresentada pela Comissão**, na Ementa e Preâmbulo e Art 1º do referido de Decreto Legislativo, que passa a vigorar com a Seguinte Redação:

Nº PROC.: 02354 - PAR 204/2024 - AUTORIA: Comissão de constituição, justiça e redação - CCJR
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM <https://macapa.wdsolucoes.com.br/autenticidadepdf>
CODIGO DO DOCUMENTO: 004103 CHAVE DE VERIFICACAO DE INTEGRIDADE: 0DBF6CDE543E6E0E73209C68B9FBFF55





Câmara Municipal de Macapá
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR

EMENTA:

REDAÇÃO ATUAL

“Concede o Título Honorífico de “MERÍTO DO ADVOGADO” a AMANDA LIMA FIGUEIREDO”

NOVA REDAÇÃO

“Concede o Título Honorífico de “MERÍTO DA ADVOCACIA” a AMANDA LIMA FIGUEIREDO”

PREÂMBULO

REDAÇÃO ATUAL

“O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ: Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá, aprovou e eu sanciono o seguinte Decreto Legislativo:”

NOVA REDAÇÃO

“O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ:
Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá, aprovou e eu promulgo o seguinte:”

REDAÇÃO ATUAL

Art. 1º Fica concedido a **Título Honorífico de MÉRITO DO ADVOGADO**, À Sra. **AMANDA LIMA FIGUEIREDO**, conforme preceitua o art. 97 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Macapá, em sinal de reconhecimento aos relevantes serviços prestados na Advocacia no âmbito do Município de Macapá e ao Estado do Amapá.

REDAÇÃO ATUAL

Art. 1º Fica concedido a **Título Honorífico de MÉRITO DA ADVOCACIA**, À Sra. **AMANDA LIMA FIGUEIREDO**, conforme preceitua o art. 97 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Macapá, em sinal de reconhecimento aos relevantes serviços prestados na Advocacia no âmbito do Município de Macapá.

Por fim, o referido Projeto de Decreto Legislativo encontra-se em perfeitas condições de continuidade e de tramitação no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação.





Câmara Municipal de Macapá
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR

III – PARECER E VOTO DA COMISSÃO:

Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR**, opinou por unanimidade dos membros presentes pela **APROVAÇÃO COM EMENDAS** ao Projeto de Decreto Legislativo nº 112/2024 - CMM, ficando o mérito para apreciação do Douto Plenário desta Casa de Leis.

É o nosso o Parecer.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, em 19 de Junho de 2024.

Ver. CARLOS MURILO - Podemos
Presidente/CCJR

Ver. Cláudio Góes – Solidariedade
Membro

Ver. Alexandre Azevedo - Podemos
Membro

Ver^a. Gian do Nae – PRD
Membro

Ver. João Mendonça - PRD
Membro

Ver^a. Luany Favacho – MDB
Membro

Ver. Odilson Nunes - Solidariedade
Membro

